

# SUMÁRIO

## PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

### CAPÍTULO I

#### MEIOS DE IMPUGNAÇÃO, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E DIREITO

<b>INTERTEMPORAL .....</b>	<b>33</b>
1. Meios de impugnação .....	33
2. Conceito de recurso .....	33
3. Classificação .....	34
3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso .....	34
3.2. Quanto à fundamentação .....	35
3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada .....	35
3.4. Quanto à independência .....	36
3.4.1. Recurso adesivo (subordinado) .....	36
3.4.1.1. Requisitos .....	37
3.5. Resumo das classificações .....	39
4. Direito intertemporal .....	39
4.1. Lei nº 13.467/17 (Reforma trabalhista) .....	41
4.2. Ação rescisória .....	42
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo .....	42

### CAPÍTULO II

#### PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PASSÍVEIS DE RECURSO .....

<b>1. Sentença .....</b>	<b>45</b>
1.1. Conceito .....	45
1.2. Requisitos .....	46
1.2.1. Fundamentação .....	48
1.2.1.1. Fundamentação <i>per relationem</i> .....	53
1.3. Classificação .....	55
1.4. Recorribilidade .....	56
2. Decisão interlocutória .....	56
2.1. Recorribilidade .....	57
2.1.1. Julgamento Antecipado .....	58
2.1.1.1. Julgamento Antecipado Total .....	58
2.1.1.2. Julgamento antecipado parcial do mérito .....	58
2.1.2. Natureza da decisão que reconhece a incompetência e recorribilidade .....	60
2.1.3. Impugnação das decisões interlocutórias nas contrarrazões .....	61

3. Acórdão.....	63
3.1. Recorribilidade.....	63
4. Despacho.....	64
4.1. Recorribilidade.....	64
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	64

### CAPÍTULO III

<b>PRINCÍPIOS RECURSAIS.....</b>	<b>65</b>
1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	65
2. Princípio da taxatividade (tipicidade).....	65
3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade).....	66
4. Princípio da consumação.....	66
5. Princípio da fungibilidade (conversibilidade).....	67
6. Princípio da dialeticidade.....	70
6.1. Motivação secundária e impertinente.....	72
6.2. Princípio da dialeticidade no recurso ordinário.....	74
7. Princípio da voluntariedade.....	76
8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	76
9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	76
10. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	82
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo.....	83
12. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	84
12.1. Princípio da fungibilidade.....	84
12.2. Princípio da dialeticidade.....	85
12.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	85

### CAPÍTULO IV

<b>JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....</b>	<b>87</b>
1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	87
1.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista (IN n° 40 do TST).....	90
1.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	91
1.1.2. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e omissivo em um único recurso de revista.....	92
1.1.3. Observações sobre a Instrução Normativa n° 40 do TST.....	93
1.2. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade.....	95
2. Súmula do TST e orientação jurisprudencial relacionadas ao capítulo.....	96
2.1. Juízo de admissibilidade.....	96

### CAPÍTULO V

<b>PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....</b>	<b>97</b>
1. Introdução.....	97
2. Cabimento.....	98
3. Legitimidade para recorrer.....	98
3.1. Partes.....	99
3.1.1. Recurso interposto por somente um litisconsorte.....	99
3.1.2. União quanto às contribuições previdenciárias.....	100
3.1.3. Autarquias e fundações.....	101
3.1.4. Serventuários eventuais da justiça.....	104

3.1.5. Testemunha no caso de aplicação da multa do art. 793-D da CLT ....	105
3.1.6. Advogado .....	108
3.1.7. <i>Amicus curiae</i> .....	108
3.2. Terceiro prejudicado .....	110
3.3. Ministério Público .....	111
4. Interesse em recorrer .....	114
4.1. Interesse recursal na extinção do processo sem resolução do mérito.....	115
4.2. Interesse recursal na cumulação de pedidos .....	115
4.3. Interesse recursal na improcedência dos pedidos.....	116
5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....	117
5.1. Aceitação da decisão .....	117
5.2. Renúncia .....	118
5.3. Desistência.....	118
5.3.1. Desistência de recurso paradigma em julgamento de revista repetitivo e de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida .....	119
6. Tempestividade .....	120
6.1. Intempestividade .....	122
6.2. Momento de comprovação da tempestividade .....	122
6.3. Intempestividade conhecida de ofício em recurso posterior .....	127
6.4. Princípios dos prazos processuais.....	128
6.5. Contagem dos prazos recursais .....	128
6.5.1. Contagem dos prazos em dias úteis .....	130
6.5.1.1. Direito intertemporal .....	130
6.5.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento .....	132
6.5.3. Início da contagem do prazo recursal para o Ministério Público do Trabalho .....	134
6.5.4. Início da contagem para recorrer da multa aplicada à testemunha... 134	
6.5.5. Contagem dos prazos recursais no processo eletrônico .....	134
6.5.6. Contagem do período para apresentação dos originais no recurso interposto via fac-símile .....	136
6.5.7. Interrupção e suspensão dos prazos recursais.....	137
6.5.7.1. Recesso forense.....	139
6.6. Prazos recursais diferenciados .....	142
6.6.1. Prazo diferenciado das contrarrazões.....	143
7. Representação .....	144
7.1. Condições de validade do mandato .....	147
7.1.1. Mandato firmado em nome de pessoa jurídica.....	149
7.2. Cláusula limitativa de poderes no âmbito do TRT .....	150
7.3. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato .....	151
7.4. Substabelecimento.....	153
7.5. Representação por preposto .....	155
7.6. Representação por estagiário .....	156
7.7. Representação das pessoas jurídicas de direito público.....	157
7.7.1. Representação das autarquias e fundações por procuradores do Estado ou município .....	159
7.7.2. Representação da União para recorrer quanto às contribuições previdenciárias .....	161

7.8. Revogação do mandato .....	162
7.9. Irregularidade de representação .....	163
8. Preparo.....	164
8.1. Custas processuais .....	165
8.1.1. Valor das custas processuais.....	165
8.1.1.1. Fase de conhecimento .....	165
8.1.1.2. Fase de execução.....	166
8.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas.....	167
8.1.3. Momento de pagamento .....	167
8.1.3.1. Inversão do ônus da sucumbência .....	168
8.1.3.1.1. Reembolso das custas à parte vencedora.....	169
8.1.4. Responsabilidade pelo pagamento das custas nas condenações solidária e subsidiária .....	173
8.1.5. Comprovação do pagamento das custas processuais.....	174
8.1.6. Guia para recolhimento e possibilidade de regularização .....	174
8.1.7. Diferença no pagamento e complementação das custas .....	174
8.1.7.1. Ausência de recolhimento das custas processuais e pagamento em dobro .....	176
8.1.8. Isenção do pagamento das custas .....	178
8.1.8.1. Beneficiário da justiça gratuita .....	178
8.1.8.1.1. Pagamento das custas processuais na hipótese de arquivamento pelo não comparecimento do reclamante na audiência inaugural .....	180
8.1.8.1.2. Benefício da justiça gratuita ao empregador...	182
8.1.8.1.3. Impugnação da concessão do benefício da justiça gratuita .....	183
8.1.8.1.4. Rejeição da concessão do benefício da Justiça gratuita e o contraditório prévio ...	185
8.1.8.1.5. Impugnação da decisão que rejeita a concessão do benefício da Justiça gratuita ...	187
8.1.8.1.6. Impugnação da decisão que concede o benefício da Justiça, mas impõe o pagamento de honorários periciais e honorários advocatícios .....	187
8.1.8.1.7. Efeitos da revogação do benefício .....	188
8.1.8.1.8. Revogação de ofício.....	189
8.1.8.1.9. Reforma da decisão que concede o benefício em sede recursal .....	190
8.1.8.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista .....	190
8.1.8.3. Entidades fiscalizadoras do exercício profissional .....	190
8.1.9. Massa falida, empresas em liquidação extrajudicial e em recuperação judicial.....	191
8.1.10. Recolhimento em caso de litigância de má-fé .....	192
8.2. Depósito recursal .....	194
8.2.1. Ações que exigem o depósito recursal.....	194
8.2.2. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial.....	194

8.2.2.1. Momento para requerer a substituição do depósito recursal em dinheiro por seguro garantia judicial .....	196
8.2.3. Sujeitos que devem recolher o depósito recursal.....	197
8.2.4. Valor do depósito recursal.....	198
8.2.4.1. Redução do valor do depósito recursal pela metade.....	200
8.2.5. Depósito na fase de execução .....	201
8.2.6. Depósito recursal nas condenações solidária e subsidiária.....	202
8.2.6.1. Condenação solidária.....	202
8.2.6.2. Condenação subsidiária .....	203
8.2.7. Depósito na reclamação plúrima e na substituição processual .....	203
8.2.8. Depósito recursal de decisão anulada.....	204
8.2.8.1. Alteração do limite do depósito recursal após interposição do primeiro recurso.....	204
8.2.9. Depósito recursal no julgamento antecipado parcial de mérito .....	204
8.2.10. Recursos que exigem o depósito recursal.....	206
8.2.10.1. Depósito recursal no agravo de instrumento.....	207
8.2.10.2. Depósito recursal em recurso na ação rescisória .....	208
8.2.11. Prazo para recolhimento e para comprovação do depósito recursal... ..	209
8.2.12. Forma de realização do depósito recursal .....	210
8.2.13. Preenchimento da guia de depósito judicial possibilidade de regularização.....	211
8.2.14. Diferença no recolhimento do depósito recursal .....	213
8.2.15. Correção monetária .....	215
8.2.16. Liberação do depósito recursal.....	215
8.2.16.1. Liberação do depósito recursal em execução provisória... ..	216
8.2.17. Dispensa do recolhimento do depósito .....	217
8.2.17.1. Beneficiário da justiça gratuita .....	217
8.2.17.2. Entidades filantrópicas .....	218
8.2.17.3. Empresas em recuperação judicial.....	218
8.2.17.4. Massa falida .....	219
8.2.17.5. Empresa em liquidação extrajudicial .....	221
8.2.18. Dispensa do depósito recursal nas condenações de honorários advocáticos e honorários periciais .....	221
9. Regularidade formal.....	222
9.1. Motivação do recurso .....	222
9.2. Assinatura.....	226
10. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	227
10.1 Legitimidade e interesse para recorrer .....	227
10.2. Tempestividade.....	228
10.3. Representação .....	229
10.4. Custas processuais .....	230
10.5. Depósito Recursal .....	231
10.6. Depósito de multa por litigância de má-fé .....	232
10.7. Regularidade formal .....	232
11. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	233
11.1. Momento de análise. Preclusão <i>pro iudicato</i> .....	233
11.2. Cabimento .....	233
11.2.1. Erro grosseiro .....	233
11.2.2. Legitimidade.....	233

11.2.3. Interesse .....	235
11.2.4. Tempestividade .....	235
11.2.5. Representação .....	239
11.2.6. Assinatura digital .....	241
11.2.7. Preparo .....	242
11.2.7.1. Custas processuais .....	242
11.2.7.2. Depósito Recursal .....	247
11.2.8. Recurso enviado por fac-símile e via e-doc .....	255
11.2.9. Multa por litigância de má-fé .....	258
11.2.10. Regularidade formal .....	259
11.2.11. Juntada de documentos .....	261
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>EFEITOS RECURSAIS .....</b>	<b>263</b>
1. Efeito obstativo .....	263
2. Efeito devolutivo .....	263
2.1. Extensão do efeito devolutivo .....	264
2.2. Profundidade do efeito devolutivo .....	264
2.2.1. Profundidade do efeito devolutivo nos recursos de natureza extraordinária .....	266
3. Efeito suspensivo .....	268
3.1. Tutela provisória deferida na sentença e concessão de efeito suspensivo .....	268
4. Efeito translativo .....	271
4.1. Efeito translativo nos recursos de natureza extraordinária .....	272
4.2. Pronunciamento <i>ex officio</i> da prescrição .....	275
5. Efeito regressivo .....	276
6. Efeito expansivo .....	276
7. Efeito substitutivo .....	277
8. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	278
9. Informativos do TST relacionados ao capítulo .....	278
<b>CAPÍTULO VII</b>	
<b>NULIDADES .....</b>	<b>281</b>
1. Vícios processuais: classificação .....	281
2. Princípios das nulidades processuais .....	281
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo) .....	282
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão .....	282
2.2.1. Protesto .....	284
2.3. Princípio da economia processual .....	286
2.4. Princípio do interesse .....	286
2.5. Princípio da utilidade .....	286
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas .....	286
2.7. Princípio da primazia da decisão de mérito .....	287
3. Vícios na decisão .....	287
3.1. Julgamento <i>extra petita</i> .....	288
3.1.1. Impugnação da decisão <i>extra petita</i> .....	288
3.2. Julgamento <i>ultra petita</i> .....	289
3.2.1. Impugnação da decisão <i>ultra petita</i> .....	289

3.3. Julgamento <i>citra petita</i> .....	289
3.3.1. Impugnação da decisão <i>citra petita</i> .....	291
3.4. Não aplicação do princípio da congruência .....	294
4. Saneamento de vício em grau recursal .....	295
4.1. Saneamento ou desconsideração de vício relacionado aos pressupostos recursais.....	295
4.2. Saneamento de defeitos que atingem os atos do juiz.....	298

## **CAPÍTULO VIII**

<b>DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>299</b>
1. Introdução.....	299
2. Regimento interno dos tribunais .....	299
3. Competência Originária e Derivada .....	299
4. Câmaras regionais descentralizadas.....	300
5. Registro e distribuição .....	300
6. Prevenção e conexão.....	301
7. Intervenção do Ministério Público do Trabalho .....	302
8. Produção de provas nos Tribunais.....	302
8.1. Juntada de documentos .....	303
9. Poderes do Relator.....	304
10. Sessões de Julgamento .....	307
11. Sustentação oral .....	309
12. Pedido de vista .....	311
13. Resultado .....	311
14. Acórdão .....	312
14.1. Notas Taquigráficas.....	313
15. Técnica de Julgamento do art. 942 do CPC/15 .....	314
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	315

## **CAPÍTULO IX**

<b>HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL .....</b>	<b>317</b>
1. Generalidades .....	317
2. Majoração dos honorários advocatícios na fase recursal .....	320
3. Legitimidade para recorrer quanto aos honorários advocatícios .....	321
4. Pedido implícito.....	322
5. Condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento dos honorários advocatícios.....	323
6. Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal.....	324
7. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	324

# PARTE II RECURSOS EM ESPÉCIE

## **CAPÍTULO X**

<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>329</b>
1. Introdução.....	329
2. Competência.....	329

3. Hipóteses de cabimento .....	329
3.1. Omissão .....	330
3.2. Contradição .....	332
3.3. Obscuridade .....	332
3.4. Manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso .....	333
3.5. Correção de erros materiais .....	334
4. Prazo para interposição .....	334
4.1. Lei nº 13.467/17 – Direito intertemporal .....	334
5. Pronunciamentos recorríveis .....	335
5.1. Decisão monocrática do relator .....	336
5.1.1. Embargos de declaração com objetivo de integrar a decisão monocrática .....	336
5.1.2. Embargos de declaração com objetivo de modificar a decisão monocrática .....	338
5.2. Embargos de declaração do juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista .....	339
6. Obrigatoriedade de interposição dos embargos de declaração.....	341
7. Embargos de declaração com efeito modificativo .....	343
7.1. Necessidade de contraditório .....	344
8. Efeito interruptivo dos embargos de declaração .....	345
8.1. Efeito interruptivo e o mandado de segurança.....	345
8.2. Efeito interruptivo e desistência dos embargos .....	346
8.3. Não produção do efeito interruptivo.....	347
8.4. Recurso interposto pela parte adversa e o efeito interruptivo.....	348
9. Efeito suspensivo .....	349
10. Embargos de declaração protelatórios.....	349
10.1. Cumulação da multa dos embargos de declaração protelatórios e da litigância de má-fé .....	351
11. Embargos de declaração de decisão embargada .....	353
12. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios .....	353
13. Recurso principal e embargos de declaração interpostos simultaneamente .....	355
14. Procedimento .....	355
15. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	356
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	357

## **CAPÍTULO XI**

<b>RECURSO ORDINÁRIO .....</b>	<b>361</b>
1. Introdução.....	361
2. Hipóteses de cabimento .....	361
2.1. Recurso ordinário de sentença .....	362
2.2. Recurso ordinário de acórdão do TRT .....	363
2.3. Recurso ordinário de decisão interlocutória .....	363
2.3.1. Julgamento antecipado parcial de mérito.....	364
3. Juízo de retratação .....	366
4. Novas questões de fato.....	367
5. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal .....	367
5.1. Introdução.....	367
5.2. Sentença que extingue o processo sem resolução do mérito (art. 1.013, § 3º, D).....	369



5.3. Sentença que contraria a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II) .....	369
5.4. Sentença que não analisa pedido (art. 1.013, § 3º, III).....	370
5.5. Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV) .....	370
5.6. Acolhimento de prescrição ou decadência (art. 1.013, § 4º) .....	371
5.7. Impugnação da decisão que não julga o mérito imediatamente no tribunal ...	372
6. Procedimento .....	372
6.1. Procedimento do recurso ordinário no rito sumaríssimo.....	375
7. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	375
8. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	376

## **CAPÍTULO XII**

<b>AGRAVO DE PETIÇÃO .....</b>	<b>379</b>
1. Introdução.....	379
2. Competência.....	379
3. Objeto (decisões impugnáveis) .....	379
3.1. Decisão de liquidação .....	381
3.2. Decisão que acolhe ou não a prescrição intercorrente.....	383
3.3. Decisão que inclui o devedor no banco nacional de devedores trabalhistas ..	384
3.4. Decisão que concede ou indefere medidas coercitivas .....	385
4. Delimitação da matéria e dos valores objetos de discordância .....	386
5. Efeito.....	387
6. Preparo.....	388
6.1. Custas processuais .....	388
6.2. Depósito recursal .....	389
7. Agravo de petição na execução provisória .....	389
8. Agravo de petição no incidente de descon sideração da personalidade jurídica .....	391
9. Recurso adesivo no agravo de petição .....	392
10. Esquema .....	393
11. Procedimento .....	393
12. Súmulas do TST relacionadas ao capítulo .....	395
13. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	396

## **CAPÍTULO XIII**

<b>RECURSO DE REVISTA .....</b>	<b>399</b>
1. Introdução.....	399
2. Reexame de fatos e provas .....	400
3. Prazo .....	402
4. Competência.....	402
5. Decisões suscetíveis de recurso de revista.....	403
5.1. Acórdão proferido em grau de recurso ordinário .....	403
5.2. Acórdão proferido em agravo de petição .....	403
5.2.1. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica .....	403
5.2.2. Prescrição intercorrente .....	405
5.3. Acórdão de competência originária do TRT .....	406
5.4. Acórdão proferido em agravo de instrumento .....	407
5.5. Acórdão com natureza de decisão interlocutória .....	409
5.6. Decisão monocrática .....	410
5.7. Acórdão proferido em agravo interno e agravo regimental .....	410

5.8. Acórdão proferido em reexame necessário .....	411
6. Hipóteses de cabimento .....	411
7. Pressupostos específicos de admissibilidade .....	414
7.1. Divergência jurisprudencial .....	415
7.1.1. Conceito .....	415
7.1.2. Cabimento .....	416
7.1.2.1. Divergência deve ser na interpretação de lei federal (alínea <i>a</i> ) .....	417
7.1.2.2. Divergência na interpretação de norma estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa e regulamento de empresa.....	418
7.1.2.3. Divergência entre tribunais regionais diferentes .....	420
7.1.2.4. Recurso de revista quando contrariar decisões da SDI (I ou II), decisões do Pleno do TST no recurso de revista repetitivo e precedentes normativos .....	421
7.1.2.5. Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial.....	421
7.1.2.5.1. Teses firmadas nos recursos repetitivos, assunção de competência e resolução de demanda repetitivas.....	422
7.1.2.5.2. Decisão impugnada em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial .....	423
7.1.2.5.3. Divergência com súmula de outro TRT .....	423
7.1.2.5.4. Demonstração analítica .....	424
7.1.2.6. Decisões que não servem para legitimar a divergência no recurso de revista .....	425
7.1.2.7. Esquema do cabimento do recurso de revista por divergência .....	425
7.1.3. Divergência atual.....	425
7.1.4. Abrangência parcial da divergência.....	426
7.1.5. Comprovação da divergência .....	428
7.1.6. Incidente de uniformização.....	431
7.1.6.1. Generalidades .....	431
7.1.6.2. Deveres dos Tribunais .....	433
7.2. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	435
7.2.1. Introdução .....	435
7.2.2. Conceito de dispositivo de lei e norma constitucional.....	435
7.2.3. Indicação do dispositivo violado .....	437
7.2.3.1. Violação frontal do dispositivo indicado como violado...	437
7.2.4. Demonstração analítica do dispositivo violado .....	438
7.2.5. Interpretação razoável de dispositivo .....	438
7.2.6. Violação reflexa da norma constitucional .....	440
7.3. Prequestionamento.....	440
7.3.1. Conceito .....	440
7.3.2. Tese explícita .....	441
7.3.2.1. Motivação <i>per relationem</i> .....	443
7.3.3. Exigência de prequestionamento em matéria de ordem pública.....	445
7.3.4. Violação nascida na própria decisão recorrida.....	448
7.3.5. Obrigatoriedade de oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento .....	449

7.3.5.1. Necessidade de invocação da matéria no recurso principal .....	450
7.3.6. Prequestionamento ficto .....	452
7.3.7. Omissão no acórdão regional quanto à matéria fática.....	455
7.3.8. Voto vencido para fins de prequestionamento.....	457
7.3.9. Dever de o recorrente transcrever o trecho prequestionado .....	458
7.4. Transcendência.....	459
7.4.1. Generalidades.....	459
7.4.2. Repercussão geral .....	461
7.4.3. Indicadores de transcendência .....	462
7.4.3.1. Critério econômico.....	463
7.4.3.2. Critério político.....	465
7.4.3.3. Critério social.....	466
7.4.3.4. Critério jurídico.....	467
7.4.4. Necessidade de alegação e fundamentação da transcendência pelo recorrente .....	467
7.4.5. Análise da transcendência pelo relator .....	468
7.4.6. Recurso da decisão do relator.....	469
7.4.7. Sustentação oral no agravo .....	469
7.4.8. Fundamentação do agravo não provido.....	469
7.4.9. Irrecorribilidade do agravo não provido .....	470
7.4.10. Decisão do relator em agravo de instrumento.....	471
7.4.11. Análise da transcendência pelo presidente do TRT .....	473
7.4.12. Direito intertemporal .....	473
8. Recurso de revista no rito sumaríssimo .....	474
9. Recurso de revista na fase de execução .....	475
9.1. Execução de título extrajudicial.....	475
9.2. Casos de violação constitucional que autorizam o recurso de revista na execução .....	476
10. Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista .....	478
11. Procedimento .....	479
12. Recurso de revista de causas repetitivas .....	483
12.1. Introdução .....	483
12.2. Requisitos .....	483
12.3. Processamento.....	484
12.3.1. Competência.....	484
12.3.2. Proposta de afetação .....	484
12.3.3. Iniciativa da proposta de afetação .....	485
12.3.4. Escolha da causa-piloto (processo paradigma) .....	487
12.3.4.1. Elementos objetivos.....	487
12.3.4.2. Elementos subjetivos .....	489
12.3.5. Decisão de afetação.....	491
12.3.5.1. Delimitação do objeto do incidente .....	491
12.3.5.2. Justificação dos processos paradigmas escolhidos .....	492
12.3.5.3. Fixação das diretrizes de participação .....	493
12.3.5.4. Comunicação dos interessados e da sociedade .....	494
12.3.5.5. Definição dos processos suspensos.....	494
12.3.6. Suspensão de outros recursos.....	494

12.3.6.1. Requerimento de não suspensão e presseguimento do recurso.....	497
12.3.6.1.1. Impugnação da decisão de suspensão .....	498
12.3.6.1.2. Preclusão para análise da distinção.....	499
12.3.7. Instrução .....	500
12.3.8. Participação dos sujeitos no recurso de revista repetitivo.....	501
12.3.8.1. Participação da parte da causa-piloto (processo paradigma) .....	503
12.3.8.2. Participação dos entes coletivos.....	504
12.3.8.3. Participação e intervenção do Ministério Público do Trabalho .....	507
12.3.8.4. Participação dos sobrestados .....	509
12.3.8.4.1. Poderes do sobrestado no recurso repetitivo .....	514
12.3.8.5. Participação dos ausentes na formação do precedente ...	515
12.3.8.6. Participação do <i>amicus curiae</i> .....	517
12.3.8.6.1. Elementos necessários para viabilizar a participação do <i>amicus curiae</i> no incidente.....	518
12.3.8.6.2. Poderes do <i>amicus curiae</i> .....	520
12.3.8.6.3. O <i>amicus curiae</i> e a participação dos sobrestados e ausentes .....	521
12.3.8.6.4. Sujeito interessado .....	522
12.3.8.7. Participação na audiência pública .....	523
12.3.9. Julgamento.....	525
12.3.9.1. Efeito do julgamento para os processos sobrestados.....	527
12.3.9.1.1. Contraditório prévio à aplicação da tese ...	531
12.3.9.2. Efeito do julgamento para os processos futuros.....	532
12.3.10. Revisão da tese firmada.....	532
12.3.11. Banco de dados de casos repetitivos .....	534
12.3.12. Desistência da ação em curso no primeiro grau .....	535
12.4. Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos .....	536
13. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	536
13.1. Prequestionamento .....	536
13.2. Princípio da fungibilidade.....	537
13.3. Cabimento .....	537
13.4. Divergência Jurisprudencial.....	538
13.5. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	539
13.6. Recurso de revista no rito sumaríssimo .....	540
14. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	540
14.1. Transcendência.....	545
14.2. Divergência Jurisprudencial.....	547
<b>CAPÍTULO XIV</b>	
<b>EMBARGOS NO TST .....</b>	<b>551</b>
1. Contextualização.....	551
2. Embargos infringentes .....	554
2.1. Introdução.....	554

2.2. Previsão legal.....	554
2.3. Prazo .....	554
2.4. Competência.....	555
2.5. Requisitos .....	555
2.6. Decisões suscetíveis de impugnação .....	555
2.7. Peculiaridades dos pressupostos recursais .....	556
2.8. Procedimento .....	556
3. Embargos de divergência (embargos à SDI) .....	557
3.1. Introdução.....	557
3.2. Previsão legal.....	558
3.3. Prazo .....	558
3.4. Competência.....	558
3.4.1. Julgamento pelo relator .....	559
3.5. Hipóteses de cabimento .....	560
3.6. Pressupostos específicos de admissibilidade .....	562
3.6.1. Divergência jurisprudencial .....	562
3.6.1.1. Conceito.....	562
3.6.1.2. Divergência atual .....	563
3.6.1.3. Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial.....	563
3.6.1.3.1. Súmula ou orientação de conteúdo processual.....	564
3.6.1.4. Abrangência parcial da divergência .....	566
3.6.1.5. Comprovação da divergência.....	567
3.6.2. Prequestionamento .....	571
3.7. Embargos de divergência no rito sumaríssimo.....	571
3.8. Embargos de divergência na fase executiva .....	573
3.9. Embargos de divergência de decisão proferida em agravo .....	575
3.10. Embargos de divergência e recurso extraordinário .....	583
3.11. Antigo recurso de embargos de nulidade.....	584
3.12. Procedimento .....	584
4. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	585
4.1. Recurso de Embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST .....	585
4.1.1. Cabimento .....	585
4.1.2. Divergência Jurisprudencial.....	586
4.1.3. Embargos para a SDI no rito sumaríssimo .....	588
4.1.4. Embargos para a SDI na fase executiva.....	588
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	588

## **CAPÍTULO XV**

<b>AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>605</b>
1. Introdução.....	605
2. Previsão legal .....	605
3. Prazo .....	606
4. Competência.....	606
5. Hipótese de cabimento .....	606
5.1. Juízo de admissibilidade parcial.....	608
6. Natureza da decisão de admissibilidade .....	609

7. Recursos que podem ser destrancados pelo agravo de instrumento .....	609
7.1. Agravo em recurso extraordinário e recurso de revista .....	610
7.2. Agravo de instrumento de decisão que denega seguimento ao agravo de instrumento.....	611
8. Pressupostos recursais .....	613
8.1. Depósito recursal .....	613
8.2. Formação do instrumento .....	614
8.2.1. Deficiência no traslado.....	616
8.2.2. Processo judicial eletrônico e agravo de instrumento no TST.....	616
8.3. Regularidade formal (fundamentação) .....	616
8.3.1. Renovação dos fundamentos do recurso trancado .....	617
8.3.2. Motivação secundária e impertinente.....	619
9. Efeitos .....	621
10. Juízo de retratação .....	621
11. Julgamento do mérito do agravo de instrumento .....	621
12. Decisão do agravo de instrumento. Recorribilidade .....	622
12.1. Agravo de instrumento não provido .....	622
12.2. Decisão do relator que considera ausente a transcendência no agravo de instrumento.....	622
13. Procedimento .....	624
14. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	626
15. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	627
<b>CAPÍTULO XVI</b>	
<b>AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL.....</b>	<b>633</b>
1. Introdução.....	633
2. Distinção .....	634
3. Prazo .....	635
4. Competência.....	635
5. Objeto .....	635
5.1. Decisão colegiada .....	635
5.2. Embargos de declaração recebidos como agravo interno .....	636
6. Pressupostos recursais .....	637
6.1. Agravo regimental por instrumento .....	637
7. Multa.....	638
7.1. Cumulação da multa do agravo interno com a indenização por litigância de má-fé.....	640
8. Procedimento .....	641
9. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo .....	645
10. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	646
<b>CAPÍTULO XVII</b>	
<b>RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....</b>	<b>649</b>
1. Introdução.....	649
2. Previsão legal .....	649
3. Prazo .....	650
4. Competência.....	650
5. Hipóteses de cabimento .....	650

5.1. Decisão de última instância.....	651
5.2. Decisão de única instância .....	652
5.3. Esquema .....	653
6. Pressupostos recursais .....	653
6.1. Repercussão geral .....	654
6.1.1. Reconhecimento da repercussão geral.....	655
6.1.2. Não reconhecimento da repercussão geral.....	656
6.1.3. Intervenção <i>amicus curiae</i> .....	656
6.2. Contrariar dispositivo da Constituição Federal .....	657
6.3. Prequestionamento .....	657
7. Efeito.....	658
8. Procedimento .....	659
8.1. Recurso Extraordinário Repetitivo .....	661

## CAPÍTULO XVIII

<b>RECURSO DE REVISÃO .....</b>	<b>665</b>
1. Introdução.....	665
2. Previsão legal .....	665
3. Prazo .....	665
4. Competência.....	665
5. Hipótese de cabimento .....	666
6. Pressupostos recursais .....	666
7. Efeito.....	666
8. Procedimento .....	666

## PARTE III ASSUNTOS RELACIONADOS AOS RECURSOS

## CAPÍTULO XIX

<b>REMESSA NECESSÁRIA .....</b>	<b>671</b>
1. Introdução.....	671
2. Sujeitos.....	671
3. Natureza jurídica .....	672
4. Recurso parcial da Fazenda Pública e a remessa necessária .....	673
5. Decisão submetida ao reexame necessário .....	674
6. Dispensa do reexame necessário .....	675
6.1. Hipóteses do art. 496, §§ 3º e 4º, do CPC.....	675
6.2. Ação popular e ação civil pública.....	678
7. Remessa necessária na ação rescisória .....	678
8. Remessa necessária no mandado de segurança .....	679
9. Julgamento monocrático da remessa necessária .....	681
10. <i>Reformatio in pejus</i> .....	681
11. Remessa necessária e o recurso de revista .....	682
12. Remessa necessária e a Execução provisória.....	683
13. Súmula do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo.....	683
14. Informativo do TST relacionado ao capítulo.....	684

**CAPÍTULO XX**

<b>PRECEDENTES JUDICIAIS .....</b>	<b>685</b>
1. Introdução.....	685
2. Famílias jurídicas.....	685
2.1. <i>Civil law</i> (família romano-germânica) .....	686
2.2. <i>Common law</i> (família anglo-saxônica).....	686
2.3. Aproximação entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i> .....	688
3. Precedentes judiciais .....	688
3.1. Conceito .....	688
3.2. Natureza jurídica dos precedentes judiciais.....	689
3.3. Classificação dos precedentes.....	690
3.4. Estrutura dos precedentes.....	690
3.4.1. <i>Ratio decidendi</i> ou <i>holding</i> .....	691
3.4.2. <i>Obter dictum</i> .....	694
3.5. Precedente, jurisprudência e súmula.....	694
3.6. Precedentes judiciais no direito brasileiro .....	695
3.6.1. Regras e princípios atingidos.....	695
3.6.2. Rol dos precedentes obrigatórios no CPC/15.....	696
3.6.2.1. Súmulas .....	697
3.6.2.1.1. Súmulas anteriores ao CPC/15 .....	699
3.6.2.2. Decisão judicial .....	700
3.6.3. Deveres gerais dos tribunais.....	703
3.6.4. Outros efeitos dos precedentes.....	704
3.6.5. Constitucionalidade dos precedentes obrigatórios no direito brasileiro .....	706
3.7. Técnicas para utilização dos precedentes.....	708
3.7.1. <i>Distinguishing</i> .....	708
3.7.2. Superação dos precedentes judiciais .....	710
3.7.2.1. <i>Overruling</i> .....	711
3.7.2.1.1. Fundamentação.....	715
3.7.2.1.2. Hipóteses de superação .....	716
3.7.2.1.3. Quem pode realizar a superação.....	718
3.7.2.2. <i>Signaling</i> (Sinalização).....	719
3.7.2.3. <i>Overriding</i> .....	719
3.7.2.4. Eficácia temporal na superação do precedente.....	720
4. Aplicação da teoria dos precedentes judiciais no processo do trabalho .....	722
4.1. Omissão na CLT .....	723
4.2. Compatibilidade com o processo do trabalho .....	724
4.3. Súmulas e enunciados de jurisprudência do TST.....	727
4.3.1. Criação e alteração .....	727
4.3.2. Súmulas e outros enunciados dos TRTs .....	730
4.3.3. Conteúdo das súmulas e outros enunciados .....	730
5. Ônus de identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção ou superação .....	732
6. Meios de impugnação da decisão que não aplica ou aplica inadequadamente o precedente obrigatório .....	732
7. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	734

**CAPÍTULO XXI**

<b>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....</b>	<b>735</b>
1. Introdução.....	735



2. Natureza jurídica .....	736
3. Cabimento e requisitos .....	737
4. Competência .....	739
5. Legitimidade .....	739
5.1. Desistência ou abandono .....	740
6. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios .....	740
6.1. Banco de dados de casos repetitivos .....	741
6.2. <i>Amicus curiae</i> e participação de interessados .....	742
6.3. Intervenção do Ministério Público .....	742
6.4. Motivação reforçada .....	743
6.5. Revisão da tese jurídica firmada no incidente .....	743
7. Microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos (suspensão dos processos) .....	744
7.1. Suspensão na cumulação de pedidos e quando há necessidade probatória ..	745
7.2. Extensão da suspensão .....	745
7.3. Prazo da suspensão .....	746
8. Procedimento e julgamento .....	746
9. Meios de impugnação do julgamento do IRDR .....	748
9.1. Ação rescisória .....	749
10. Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas .....	749
10.1. Natureza Jurídica .....	750
10.2. Objeto .....	750
10.3. Legitimidade .....	752
10.4. Competência .....	752
10.5. Julgamento .....	753
10.6. Coisa Julgada .....	754
11. Informativos do TST relacionados ao capítulo .....	754
<b>CAPÍTULO XXII</b>	
<b>INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....</b>	<b>755</b>
1. Introdução .....	755
2. Cabimento .....	755
3. Competência .....	756
4. Legitimidade .....	757
5. Objetivos .....	757
6. Requisitos .....	757
7. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios .....	758
8. Procedimento .....	759
9. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência ...	760
10. Diferenças entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência .....	761
11. Assunção de competência no TST .....	762
<b>CAPÍTULO XXIII</b>	
<b>RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>765</b>
1. Previsão legal .....	765
2. Natureza Jurídica .....	766
3. Cabimento .....	767

3.1. Preservação da competência do tribunal .....	767
3.2. Garantia da autoridade das decisões do tribunal .....	768
3.3. Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante .....	768
3.4. Garantia da observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade .....	769
3.5. Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência .....	770
3.6. Garantia de observância de acórdão em repercussão geral reconhecida ou acórdão em recurso extraordinário repetitivo ou em recurso de revista repetitivo.....	770
4. Requisitos para utilização da reclamação .....	771
5. Reclamação como mecanismo de controle dos precedentes obrigatórios.....	773
6. Reclamação de decisão transitada em julgado.....	775
7. Reclamação de decisão monocrática e colegiada do TST .....	775
8. Reclamação e recurso da mesma decisão .....	776
9. Competência.....	776
10. Legitimidade .....	777
11. Prazo .....	777
12. Procedimento .....	778
13. Recurso da decisão da reclamação .....	779
14. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	779

## CAPÍTULO XXIV

<b>RECLAMAÇÃO CORREICIONAL.....</b>	<b>783</b>
1. Introdução.....	783
2. Previsão.....	783
3. Prazo .....	783
4. Competência.....	783
5. Requisitos.....	784
6. Hipóteses de cabimento .....	784
7. Procedimento .....	784
8. Informativo relacionado ao capítulo .....	785

## PARTE IV PRÁTICA RECURSAL

1. Introdução.....	789
2. Embargos de declaração .....	790
2.1. Embargos de declaração da sentença .....	790
2.1.1. Modelo .....	790
2.1.2. Caso prático .....	793
2.2. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios .....	795
2.2.1. Modelo .....	795
2.2.2. Caso prático .....	797
2.3. Contrarrazões em embargos de declaração .....	799
2.3.1. Modelo .....	799
2.3.2. Caso prático.....	801

3. Recurso ordinário .....	803
3.1. Recurso Ordinário de Sentença .....	803
3.1.1. Modelo .....	803
3.1.2. Caso prático .....	806
3.2. Recurso Ordinário de acórdão do TRT .....	809
3.2.1. Modelo .....	809
3.2.2. Caso prático .....	812
3.3. Recurso Ordinário de decisão que julga parcialmente o mérito .....	814
3.3.1. Modelo .....	814
3.3.2. Caso prático .....	817
3.4. Recurso Ordinário de sentença normativa .....	819
3.4.1. Modelo .....	819
3.4.2. Caso prático .....	821
3.5. Contrarrazões de recurso ordinário .....	824
3.5.1. Modelo .....	824
3.5.2. Caso prático .....	826
4. Agravo de petição .....	828
4.1. Agravo de Petição .....	828
4.1.1. Modelo .....	828
4.1.2. Caso prático .....	831
4.2. Contraminuta .....	834
4.2.1. Modelo .....	834
4.2.2. Caso prático .....	836
5. Recurso de revista .....	839
5.1. Recurso de Revista por divergência jurisprudencial .....	839
5.1.1. Modelo .....	839
5.1.2. Caso prático .....	842
5.2. Recurso de Revista por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal .....	850
5.2.1. Modelo .....	850
5.2.2. Caso prático .....	854
5.3. Contrarrazões .....	859
5.3.1. Modelo .....	859
5.3.2. Caso prático .....	861
6. Embargos ao TST .....	864
6.1. Embargos Infringentes .....	864
6.1.1. Modelo .....	864
6.1.2. Caso prático .....	867
6.2. Contrarrazões aos Embargos Infringentes .....	870
6.2.1. Modelo .....	870
6.2.2. Caso prático .....	872
6.3. Embargos de Divergência (Embargos à SDI) .....	875
6.3.1. Modelo .....	875
6.3.2. Caso prático .....	878
6.4. Contrarrazões aos Embargos de Divergência .....	884
6.4.1. Modelo .....	884
6.4.2. Caso prático .....	886
7. Recurso adesivo .....	890
7.1. Recurso Ordinário Adesivo .....	890
7.1.1. Modelo .....	890

7.1.2. Caso prático .....	893
7.2. Agravo de Petição Adesivo .....	897
7.2.1. Modelo .....	897
7.3. Recurso de Revista Adesivo .....	901
7.3.1. Modelo .....	901
7.4. Embargos ao TST Adesivos.....	905
7.4.1. Modelo de embargos infringentes adesivos .....	905
7.4.2. Modelo de embargos de divergência adesivos.....	908
8. Agravo de instrumento .....	911
8.1. Agravo de Instrumento .....	911
8.1.1. Modelo .....	911
8.1.2. Caso prático.....	914
8.2. Agravo de Instrumento de juízo de admissibilidade parcial por negativa da prestação jurisdicional (IN nº 40/2016 do TST) .....	918
8.2.1. Modelo .....	918
8.2.2. Caso prático.....	921
8.3. Contraminuta ao Agravo de Instrumento .....	924
8.3.1. Modelo .....	924
8.3.2. Caso prático.....	926
9. Agravo interno.....	929
9.1. Agravo Interno.....	929
9.1.1. Modelo .....	929
9.1.2. Caso prático.....	931
9.2. Contraminuta .....	934
9.2.1. Modelo .....	934
9.2.2. Caso prático.....	936
10. Recurso extraordinário .....	939
10.1. Recurso Extraordinário .....	939
10.1.1. Modelo .....	939
10.1.2. Caso prático.....	943
10.2. Contrarrazões .....	950
10.2.1. Modelo .....	950
10.2.2. Caso prático.....	952
11. Recurso de revisão .....	955
11.1. Recurso de Revisão .....	955
11.1.1. Modelo .....	955
11.1.2. Caso prático.....	957
11.2. Contrarrazões .....	959
11.2.1. Modelo .....	959
11.2.2. Caso prático.....	961
12. Reclamação correicional.....	963
12.1. Reclamação Correicional .....	963
12.1.1. Modelo .....	963
12.1.2. Caso prático.....	965
13. Reclamação .....	967
13.1. Reclamação .....	967
13.1.1. Modelo .....	967
13.1.2. Caso Prático.....	969
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>973</b>